



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PESSOAL

PROCESSO: 60583.000636/2026-17

**TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 004/2026 -
DEADI/MD**

REFERÊNCIA

Contratante:

A **União**, por intermédio do **Departamento de Administração e de Pessoal do Ministério da Defesa**, inscrito sob o **CNPJ n. 03.277.610/0001-25**, com sede em Brasília/DF, na Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco "O", CEP: 70052-900.

Contratado:

A **Associação Brasileira de Orçamento Público-ABOP**, inscrito sob o **CNPJ n.º 00.398.099/0001-21**, situada no endereço comercial SCS Quadra 02 - Edifício Palácio do Comércio, 8º andar - Salas 801/6, Asa Sul - CEP 70.318-900.

1. OBJETO E ESTIMATIVA DA DESPESA

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação do servidor do Ministério da Defesa.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de 1 (uma) inscrição no curso "75º Curso de Administração Orçamentária e Financeira – Gestão de Finanças Públicas Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal"	21172	Unidade	1	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
Valor total da contratação:						R\$ 3.200,00

1.2. No valor acima estão englobados todos os impostos vigentes e aplicáveis, taxas e demais encargos financeiros afetos ao objeto contratado, não sendo permitidas posteriores inclusões.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei n.º 14.133/2021 os contratos celebrados pela Administração Pública são precedidos através da realização prévia de processo de licitação. Excepcionando esta regra, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de processo de licitação, quando o objeto pleiteado se enquadrar nos casos processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade de licitação e de dispensa de licitação.

2.2. A contratação direta através de inexigibilidade de licitação, fundamenta-se no disposto no art. 72, combinado a alínea "f", inc. III, do art. 74 da Lei n.º 14.133/2021 que a caracteriza como indicada nas situações em que houver inviabilidade de competição. Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório.

*"Art. 74. É **inexigível a licitação quando inviável a competição**, em especial nos casos de:*

[...]

*III. contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de **natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;" (g.n.)

2.3. Em atenção ao art. 2º da Instrução Normativa AGU n.º 01/2021, não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, exceto os casos ressalvados, aplicando-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei n.º 14.133, de 2022.

2.4. Não haverá instrumento substitutivo de contrato por tratar-se de contratação com entrega total e integral dos serviços contratados e dos quais não resultem em obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

2.5. Nesta senda, é possível a substituição do instrumento de contrato a que alude o art. 92 da Lei n.º 14.133, de 2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que:

a) O valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei n.º 14.133, de 2021; ou

b) O valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O objetivo da contratação está em conformidade com o Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.

3.2. Concomitantemente alinhado aos objetivos previstos no Plano Estratégico Organizacional 2024 a 2027 do Ministério da Defesa - PEO/MD (7054045) e no Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento 2026 - LND/MD 2026, a capacitação visa o aperfeiçoamento técnico e operacional dos servidores, com foco em proporcionar uma compreensão prática e aplicável dos temas mais contemporâneos de insolvência que impactam o trabalho dos servidores civis e militares.

3.3. Nesta senda, a capacitação visa qualificar o agente público na transformação profissional e estes possuirão o compromisso de atuar como multiplicadores do conhecimento, traduzindo os conceitos aprendidos em protocolos internos e treinamentos contínuos, garantindo que as novas práticas sejam uniformizadas aos padrões de excelência. Garantindo maior eficiência, transparência e conformidade

legal, através da atualização sobre inovações, tendências e melhores práticas de gestão para a Administração Pública.

3.4. A capacitação é essencial para atender às necessidades identificadas no planejamento estratégico da área, promovendo a melhoria contínua dos processos, o aumento da eficiência operacional e o alinhamento às diretrizes institucionais.

3.5. Dessa forma, a contratação proposta visa assegurar a qualidade da formação oferecida, contribuindo diretamente para o aprimoramento da competência do participante e para o alcance dos resultados esperados pela instituição.

3.6. A capacitação proposta está vinculada às seguintes metas institucionais:

- Fortalecimento da gestão por competências, por meio da oferta de formações que desenvolvam habilidades específicas exigidas para o desempenho das funções;
- Melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, ao capacitar os servidores para atuarem com maior precisão, agilidade e alinhamento às boas práticas;
- Promoção da cultura de aprendizagem organizacional, incentivando o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores; e
- Aumento da produtividade e da efetividade institucional, por meio da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nas capacitações.

3.7. O objeto da contratação é a aquisição de 1 (uma) inscrição para a participação de servidor no "75º Curso de Administração Orçamentária e Financeira – Gestão de Finanças Públicas Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal". O objetivo deste evento é capacitar o servidor na execução qualificada do ciclo orçamentário, garantindo a conformidade dos atos de gestão com as normas de Direito Financeiro e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

3.8. A contratação visa atender de forma célere e especializada à necessidade de fortalecer a governança e a integridade dos processos de execução da despesa, mitigando riscos de inconformidades que possam resultar em sanções administrativas ou apontamentos pelos órgãos de controle externo.

3.9. O curso deve prover informações suficientes para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes na gestão orçamentária, agregando análise crítica e preparo para atuar de forma eficiente e inovadora. O conteúdo programático deverá cobrir os temas essenciais da administração financeira, incluindo: Ciclo Orçamentário (PPA, LDO, LOA), Créditos Adicionais, Processamento da Despesa Pública (Empenho, Liquidação e Pagamento), Gestão de Restos a pagar, e os limites e vedações impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar, conforme as seguintes células orçamentárias:

Gestão/Unidade:	52101 – Ministério da Defesa
Fonte de Recurso:	1000000000
Programa de Trabalho do Ministério da Defesa:	05.122.2108.2000.0001 – Administração da Unidade
Programa de Trabalho Resumido - PTRes:	168597
Natureza de Despesa:	33.90.39

4.2. Certifica-se que foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

4.3. Desse modo, destaca-se que a despesa em análise está adequada à previsão de recursos

orçamentários da União, bem como guarda a devida compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) vigente, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2026, atendendo aos limites e determinações legais e fiscais aplicáveis e dispondo de dotação suficiente para sua execução.

CONCLUSÃO

Com base no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n. 14.133/2021, resolvo considerar **INEXIGÍVEL** a licitação em favor da instituição **Associação Brasileira de Orçamento Público-ABOP**, inscrito sob o **CNPJ n.º 00.398.099/0001-21**, segundo condições estabelecidas no Termo de Referência, constante neste processo administrativo, para contratação de pessoa jurídica técnica especializada de natureza predominante intelectual para a prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, no valor total de R\$ 1.294,00 (mil e duzentos e noventa e quatro reais), conforme as competências previstas no inciso VIII, do art. 3º da Portaria SEORI/SG/MD n. 130, de 10 de janeiro de 2022 (publicada no DOU n. 8, de 12 de janeiro de 2022).

Brasília - DF, 05 de março de 2026.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr.
Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças
Ordenador de Despesas

Ratifico o presente Termo de Inexigibilidade de Licitação

AUTORIZO a contratação, haja vista os argumentos apresentados pelo Ordenador de Despesas, conforme previsto na delegação de competência estabelecida no inciso II, do art. 2º da Portaria SEORI/SG/MD n. 130, de 10 de janeiro de 2022 (publicada no DOU n. 8, de 12 de janeiro de 2022), e **RATIFICO** o enquadramento como **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para a contratação relativa ao presente processo.

Providencie-se à publicação, nos termos do art. 72, parágrafo único da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

HAROLD VANN HALLEN FONTES
Diretor do Departamento de Administração e de Pessoal



Documento assinado eletronicamente por **Harold Vann Hallen Fontes, Diretor(a)**, em 11/03/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador de Despesas**, em 12/03/2026, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site



https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8718022** e o código CRC **554D8239**.
